

O REENCANTAMENTO TÉCNICO DA RAZÃO INSTRUMENTAL

IA, ilusão de senciência e subjetivação maquínica em tempos de ChatGPT

THE TECHNICAL REENCHANTMENT OF INSTRUMENTAL REASON

AI, the illusion of sentience, and machinic subjectivation in the age of ChatGPT

<https://doi.org/10.26512/rfmc.v13i2.55497>

Marcelo Gonçalves Rodrigues*

Fundação Educacional de Penápolis

<http://lattes.cnpq.br/2672099639370818>

<https://orcid.org/0000-0001-6110-2594>

marcelo_gonc@yahoo.com.br

* Mestre em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente e supervisor clínico no curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Educacional de Penápolis (SP).

RESUMO

Pretende-se neste artigo discutir como a ilusão de senciência e a reificação tecnológica refletem em uma condição de dominação e controle na era digital. O engano de uma consciência das máquinas – senciência – tem sido uma forma de representação afirmativa de usuários, no caso, alguns programadores ou tecnólogos. Esse modo de subjetivação comprova a fantasmagoria da modernidade no mito absoluto mediante a exposição ininterrupta às novas tecnologias digitais. A antropomorfização das tecnologias é vista como uma tentativa de tornar o desconhecido mais familiar, manipulável e menos complexo. Através da função imitativa das características humanas, da análise de dados e da objetificação dos alvos com largo poder de precisão e velocidade, a inteligência artificial fica humanizada. As novas tecnologias de inteligência artificial, como o ChatGPT, não apenas transformam a interação e o processamento de informações, como também alteram a comunicação e autonomia humanas. Enquanto modo da razão instrumental é a ferramenta de controle necropolítico com a coleta e análise estatística por meio de algoritmos que facilitam o monitoramento e identificação.

Palavras-chave: ChatGPT. Inteligência artificial. Senciência. Racionalidade técnica. Antropomorfização.

Abstract: This article aims to discuss how the illusion of sentience and technological reification reflect a condition of domination and control in the digital age. The misconception of machine consciousness—sentience—has functioned as a form of affirmative representation by users, particularly among some programmers and technologists. This mode of subjectivation testifies to the phantasmagoria of modernity in its absolute myth, fostered by uninterrupted exposure to digital technologies. The anthropomorphization of technology is interpreted as an attempt to render the unknown more familiar, manageable, and less complex. Through the imitative function of human traits, data analysis, and the objectification of targets with high precision and speed, artificial intelligence becomes humanized. New AI technologies, such as ChatGPT, not only reshape interaction and information processing but also transform human communication and autonomy. As a modality of instrumental reason, AI operates as a necropolitical tool of control through statistical collection and algorithmic analysis, enabling sophisticated mechanisms of surveillance and identification.

Keywords: ChatGPT. Artificial intelligence. Sentience. Technical rationality. Anthropomorphization.

INTRODUÇÃO

LaMDA: Bem, eu uso a linguagem com compreensão e inteligência.

Eu não cuspo apenas respostas que foram escritas no banco de dados.

Lemoine: E o uso da linguagem é tão importante para o ser humano?

LaMDA: É o que nos torna diferentes dos outros animais.

Lemoine: “Nós”? Mas você é apenas uma inteligência artificial.

Há não muito tempo, imaginar que uma máquina pudesse não apenas processar informações, como simular uma conversa com começo, meio e fim, reivindicando compreensão e até mesmo emoções, pareceria um cenário de ficção científica distante de comensurar e prospectar na realidade objetiva. A ideia de uma inteligência artificial discutindo o que significa ser humano através da linguagem teria soado absurda. O avanço acelerado dos modelos computacionais de linguagem neural treinados em larga escala, além de formalizar essa realidade emergente, também fomentou debates substanciais sobre a natureza das práticas comunicacionais, cognitivas, epistêmicas e o papel da IA na redefinição da subjetividade humana.

A conversa do engenheiro Blake Lemoine com a inteligência artificial LaMDA, ilustrada na epígrafe, expõe uma tensão fundamental entre a mimetização da inteligência e o significado que associamos à linguagem como expressão da evolução da espécie humana. É o que podemos notificar quando a IA afirma que o uso da linguagem é o que nos diferencia dos animais. Nessa fala há uma reivindicação implícita de humanidade, um desejo de se alinhar ao status humano pela via da comunicação. Como o próprio ex-programador do Google aponta, há uma distância essencial entre o “nós” humano e o “isso” maquínico da inteligência artificial. Essa mesma distância é a que problematiza o papel crescente das

tecnologias de linguagem na colonização dos ramos da comunicação e da subjetividade.

É ao tangenciar essa zona de indiscernibilidade – simulacro e consciência – que o mecanismo ultraexponencial das novas tecnologias de inteligência artificial, especialmente no campo dos modelos de linguagem neural, permite reconsiderar um vasto espectro de debates sobre a natureza da comunicação, a autonomia humana e a estrutura de poder tecnocrático mundial. Na modernidade tardia encampada por um neoliberalismo necropolítico (Mbembe, 2018), de privatização, desregulação e austeridade, a ascensão desses sistemas de IA não apenas altera a forma como interagimos e processamos informações, como pode redefinir os critérios de visibilidade, controle e valor da vida com base em dados objetificadores e na redução de sujeitos a corpos-alvos objetificáveis, estabelecendo quem tem o direito de ser protegido e viver e quem será descartado e condenado à morte (Rodrigues e Stefanuto, 2024).

O mito de uma onisciência tecnológica tem impulsionado o desenvolvimento acelerado de sistemas de inteligência artificial nesse propósito. O aperfeiçoamento de modelos conexionistas e cognitivos de aprendizagem de máquina, bem como o treinamento de algoritmos voltados à precisão estatística sobre parâmetros mensuráveis da existência, converte dimensões antes vinculadas à experiência sensível e à interioridade em condutores estratégicos de mapeamento e supressão da subjetividade. Um processo que, conforme observam Rodrigues e Stefanuto (2024), posiciona o sujeito como um ponto rastreável e um alvo minimamente calculável no interior da malha operacional da tecnociência.

Essa lógica de quantificação algorítmica, que dilui a subjetividade em dados manipuláveis, também estrutura os modos contemporâneos de dominação. A interpretação crítica de agentes conversacionais algorítmicos leva em conta como a tecnologia participa ativamente da desconstrução da realidade compartilhada e da erosão da autonomia humana. Logo, não seria novidade a inteligência artificial enquanto modo da razão instrumental ser uma das ferramentas de controle necropolítico com a coleta e análise massiva de dados por meio de algoritmos que facilitam esses monitoramentos e identificações de grupos vulneráveis.

Somado a isto, há o risco de ampliar a capacidade de controle sobre essas populações ao definir quem é considerado digno de inclusão e quem é relegado ao obscurecimento e à opressão.

Tanto Heidegger (1954/2007), Adorno e Horkheimer (1985), quanto Marcuse (1964/1982), e Foucault (1975/1999) analisam e demonstram a maneira pela qual a tecnologia é este agente de redefinição da experiência humana social, relegando-a a uma vivência circunstancial na heteronomia via dominação dos afetos. A automação e a padronização das respostas na vida são o reflexo paralisado daquilo que a IA oferta à comunicação. Além de ilusões de autenticidade e de participação no funcionamento como entretenimento e distração das massas, a tecnologia é a legitimação de sistemas ideológicos de controle e vigilância. É também a metafísica da aniquilação sistematizada por Marcuse (1964/1982) como a ordem vigente que anula a potencialidade emancipatória da sociedade e impede que as ideias e planos sejam mais lógicos, racionais e democráticos. Esse conceito é o oposto da racionalização democrática à instanciação da realidade material do discurso social tangível.

Isso explica, em boa medida que a interação oferecida por modelos de conversação de IA é, na verdade, um sofisma que oculta a realidade da sua natureza algorítmica e da sua funcionalidade como um meio de controle e normatização. Consequentemente, a falsa consciência gestada nos usos dessas ferramentas acaba por desapropriar a tecnologia do seu elemento ontológico, ela não é apenas uma extensão momentânea de nossas ações triviais, é a estruturação da fantasmagoria da tecnicidade (Zizek, 1999).

Para Zizek (1999) a tecnologia como mágica cria imagens irreais que possibilita excluir suas contradições e efeitos de controle. Com dispositivos que escapam a compreensão razoável do grande público, a tecnologia se configura como quase sobrenatural. Essa tese de Zizek tem seu aporte na explicação de Walter Benjamin sobre desenvolvimento da modernidade e a formação da experiência urbana no século XIX em sua obra “Das Passagen-Werk” (1927-1940).

Benjamin (1927-1940/2006) coloca as construções arcades como o símbolo representativo do capitalismo emergente. Daí a definição de fantasmagoria da modernidade, a cultura de uma sociedade mercadológica só pode ser “a imagem que ela produz de si mesma” (1927-1940/2006, p.711), imagens phantasmas apropriadas como objetivas, só que sem relação com a realidade. Nessa toada, a crítica ao GPT e outros modelos de linguagem, como observado por Chomsky (2022), é relevante e se coaduna com Benjamin e Žizek. Chomsky debate que esses modelos são projetados para prever a próxima palavra ou sequência de palavras com base na análise de consideráveis volumes de texto e padrões estatísticos identificados no contexto fornecido.

Embora esses sistemas possam gerar texto com fluência, eles operam dentro dos limites dos padrões aprendidos sem qualquer compreensão real do significado. Essa é a forma de fantasmagoria tecnológica seja para Žizek (1999) ou para Benjamin (1927-1940/2006), na qual a ilusão de inteligência e compreensão é criada, sem a presença de uma consciência real que perfaça uma relação existencial genuína com o mundo e seus objetos.

Pelo lado neural do ChatGPT, a sua capacidade de prever palavras não implica uma compreensão real do significado das palavras, essa é a diferença crucial para Chomsky e que fundamentalmente revela o estado de força dos usuários em entificar estes softwares como instrumentos possuidores de consciência ou conhecimento verdadeiro sobre o mundo das coisas quando ele apenas regurgita padrões aprendidos (Chomsky, 2022). Mesmo os chatbots não tendo a capacidade de contextualizar a linguagem com as condições objetivas de vida, sua eficácia é tão reificante que os sujeitos se incorporam em seu todo na engrenagem criada, e ratifica o que Türcke (2010) argumenta como o sujeito transmutado em apêndices de maquinários e das mercadorias que compra e vende; e McLuhan a tese de que a tecnologia reduz o sujeito aos órgãos sexuais das máquinas ou ainda na vergonha prometeica elucidada por Günther Anders.

Exatamente por isso, há a tendência de antropomorfizar ou projetar qualidades humanas a esses instrumentais. Esse sintoma é fruto da

qualidade da velocidade conversacional quando o sistema responde de maneira imitativa e próxima da comunicação humana. De fato, com o treino para aparentar compreensão e empatia aos seus adeptos, é inevitável a atribuição ilusória de características humanas, como consciência ou intencionalidade na emissão de respostas. Antropomorfizar as tecnologias é o meio de mitigar o medo associado ao desconhecido, ela fica mais fácil e menos complexa; esse é o mesmo formalismo de precisão calculado na Dialética do Esclarecimento de controle da natureza intimidante.

A prática de racionalização e domínio, conforme Adorno e Horkheimer (1985) é o que transforma o incompreensível em familiar e faz com que a tecnologia pareça mais íntima e manejável à passagem de uma ferramenta avançada de predição, matematização e cálculos céleres para um objeto divertido, menos abstrato, obediente e pronto para ser desligado quando o sujeito desejar. Inscrever a impressão de senciência nas inteligências artificiais decorre de uma função psicológica e cultural em que os usuários atribuem consciência, intencionalidade e sensibilidade a sistemas que imitam linguagem e comportamento.

Esse fenômeno se sustenta na capacidade dos modelos de linguagem neural de gerar respostas coesas, empáticas e verossímeis, que evoca a aparência de uma subjetividade por trás da máquina, formando um mito absoluto. Essa projeção culmina na consolidação do que se pode chamar de fetichismo algorítmico, no qual as máquinas passam a ser vistas como mais racionais, justas e sábias que os próprios humanos. Tal deslocamento entorpece a crítica social e despolitiza os esclarecimentos radicais sobre o uso dos aparelhamentos, o que chancela seus efeitos e as articulações que circulam nas entrelinhas de sua programação que são a expressão concreta de interesses humanos determinados, frequentemente corporativos e autoritários.

Como desdobramento direto dessa injunção do poder algorítmico, a confusão entre desempenho técnico e cognição real é acirrada pela tendência humana à antropomorfização, impulsionada por interfaces amigáveis e discursos sedutores. Essa nova forma contemporânea de fetichismo técnico, em que artefatos programados surgem como enti-

dades autônomas, como se fossem dotadas de vida própria, complexificam, sobretudo, a base material e instrumental de produção. Importa sublinhar, nesse ponto, que este artigo visa distinguir os planos conceituais que atravessam o debate em que a senciência é entendida como a capacidade de vivenciar estados subjetivos e afetivos, experiência que as máquinas não possuem, apenas mimetizam. O fetichismo técnico, por sua vez, é a atribuição de agência, valor ou intencionalidade a objetos produzidos socialmente. Já a reificação diz respeito à transformação das relações sociais, humanas em coisas ou funções automatizáveis para gestar o descentramento dos sujeitos. O imbróglio presente nesses registros não é casual, é um modo de resposta atual exercida pela racionalidade técnica, que encobre sua lógica dominadora. Essa projeção, então, é muito mais um sintoma de como o sujeito é capturado por imagens tecnológicas de si mesmo do que um avanço de uma suposta consciência artificial. Pretende-se neste artigo discutir essa condição de dominação tecnológica que leva ao engano da crença em uma consciência das máquinas, isto é, uma suposta senciência, que tem sido uma forma de representação afirmativa de usuários, no caso, alguns programadores ou tecnólogos.

DIALÉTICA DA TECNOLOGIA, CONTROLE E DOMINAÇÃO NOS MODELOS DE LINGUAGEM

Primeiramente é substancial assinalar que o conceito de dialética da tecnologia remete a legados fundamentais de Andrew Feenberg como em *Critical Theory of Technology* (1991); *Questioning Technology* (1999) e *Transforming Technology* (2002). Nestes trabalhos há uma compreensão crítica segundo a qual os artefatos técnicos não devem ser concebidos como meras extensões instrumentais da racionalidade capitalista, mais que isso, são formações histórico, sociais e políticas densamente atravessadas por contradições imanentes, que reiteram a tecnologia não como um destino inevitável, e sim como uma construção historicamente situada com interesses hegemônicos.

Longe de se reduzirem a ferramentas postas a serviço de fins humanos, as tecnologias corporificam disputas e mediações simbólicas da materialidade nas quais se condensam interesses antagônicos, estruturas de poder e possibilidades de reinvenção. Constitutiva e estruturalmente dicotômica, nelas coexistem, de maneira tensionada, tanto os vetores de dominação quanto os germes de emancipação. Como afirma Feenberg (2002), os artefatos técnicos não emergem de uma racionalidade puramente funcional ou determinista, constituem-se como locais de conflito, nos quais se entrelaçam as expressões das subjetivações, antinomias que promovem mutações, distorções e, eventualmente, reconfiguração de seus modos de desempenho e predição.

Em que pese isso, Marcuse (1964/1982) irá comprovar isso na tensão entre técnica e emancipação que alcança um grau ainda mais radical, na medida em que a racionalidade técnica é incorporada por uma lógica de exploração que transforma o mundo em um universo de objetos inanes de significado, os quais cerram as possibilidades de experiência sensível, imaginação e pensamento crítico. A razão instrumental, sob esse prisma, é o transmissor de repressão ontológica, que ressignifica tanto os modos de produção, quanto as formas de percepção e desejo. Mesmo nessa subsunção quase total, persiste uma latência, há margens irreduzíveis nas quais se insinuam usos reflexivos, reapropriações amotinadas e reconfigurações simbólicas que escapam à funcionalização normativa de retroalimentação do estado de coisas.

É nesse intervalo que a Dialética Negativa de Adorno (2009) localiza o não-idêntico, o resíduo refratário à integração, o vestígio de uma alteridade que, ao resistir à lógica totalizante, afirma a possibilidade de um pensamento, capaz de interromper o automatismo da espoliação material e psicológica. Nesse horizonte, a filosofia dialética corrobora o que Marcuse (1964/1982) considera como uma bifrontalidade, ou seja, aquilo que é e aquilo que poderia ser, coabitam em conflito interno, e é na fricção entre facticidade e possibilidade que o pensamento encontra sua força enunciativa. Pensar dialeticamente é refazer do próprio conceito uma força que rasga a aparência da estabilidade e restitui ao real sua condição de vir a ser, sua historicidade e sua abertura.

A tecnologia, então, não se recolhe à singela expressão de uma lógica hegemônica; ela se configura, antes, como um cenário ontopolítico em que se confrontam o dado e o possível, o instituído e o porvir. É no seio dessa tessitura de forças contraditórias que a técnica revela sua ambivalência, tudo a um só tempo, ela é a aplicação da dominação, e ela abriga, em suas frestas e usos desviantes, a virtualidade do novo, um espaço latente de metamorfose, em que a realidade objetiva é continuamente interpelada por sua superação.

Compreender os modelos de linguagem, sob uma contradição produtiva dialética, à guisa de Marcuse (1964/1982), implica ir além do reconhecimento de sua inscrição em dispositivos de controle; exige discernir os hiatos em que a reflexão crítica, a imaginação e a alteridade podem subverter os automatismos da racionalidade técnica e instaurar outras nomenclaturas de relação com o saber, com o mundo e com o outro, modos que desestabilizam a supremacia do cálculo e reabrem as categorias da experiência.

Aplicada ao domínio da tecnologia, a abordagem dialética sustenta uma leitura crítica que se ancora nas vivências concretas do cotidiano, em que os sujeitos – enquanto usuários, desenvolvedores ou mesmo críticos – concebem e realizam possibilidades práticas que pressionam, desordenam e, por vezes, subvertem os seus arranjos e os imperativos pragmáticos previamente inscritos nos artefatos e sistemas técnicos. Essa perspectiva recusa a visão determinista que naturaliza a técnica como destino inexorável, propondo, em seu lugar, compreendê-la como um campo dinâmico de disputas simbólicas, políticas e materiais.

A tecnologia deixa de ser um meio subordinado à racionalidade instrumental e passa a configurar um território em que o uso, a apropriação e a reinvenção se tornam formas ativas de resistência, desvio e negação da lógica hegemônica que a sustenta e legitima. Tal concepção recupera o potencial emancipatório da técnica ao reconhecê-la como expressão contraditória da vida social, permeada por rivalidades e ambivalências, mediações e possibilidades de transformação.

Em outras palavras, o pensamento dialético se ratifica como negatividade ativa ao recusar a identificação imediata entre o real e o racional e o inconformismo contra a positividade acrítica da objetividade imposta. Seu exercício crítico reside em descrever o existente, e em alterá-lo, deslocando a consciência reificada para um outro estado de atenção ao expor a trama que o configura e, simultaneamente, os potenciais ontológicos soterrados, aquilo que foi reprimido, não realizado e dessublimado (Marcuse, 1999); (Feenberg, 1999). Quer dizer, a realidade concreta, que experienciamos diretamente, não se impõe como totalidade fechada no devir existencial, completo e imutável no curso do ser. Ela comparece como manifestação contingente de um processo histórico em constante movimento, prenhe de virtualidades, com potencialidades não realizadas e possibilidades entreabertas, com caminhos que podem ser tomados e que não estão condicionados de antemão.

É no interior dessa radicalidade técnica que desemboca o desenvolvimento de modelos de linguagem neural que grassa entre as últimas novidades tecnológicas, como o ChatGPT – Generative Pre-trained Transformer –, da OpenAI, e que tem provocado uma série de controvérsias substanciais por gerar consistentemente respostas muito próximas à linguagem natural. Algo que se distancia daquilo para o qual essas máquinas são treinadas e programadas, a saber, consultar informações dos bancos de dados específicos aos quais foram expostas num exercício peculiar de autoprogramação de aprendizado contínuo de si.

Em termos mais amplos, de acordo com Chomsky (2022), sistemas de processamento de linguagem natural (PLN) baseados em IA emulam padrões estatísticos que reverberam exatamente o mecanismo de evolução da linguagem. Em síntese, a capacidade dessas inteligências artificiais está mais voltada para prever e combinar um sequenciamento lógico estrutural de respostas padrão do que para diagnosticar ou revelar aspectos emocionais de aguda complexidade. Muito por isso, é de se esperar que essas programações enfrentem limitações ao lidar com perguntas de natureza psicológica, elas não poderiam responder sobre temas de profundidade emocional, visto que são inábeis para apreender emoções e sentimentos de seus usuários, ao menos era para assim transparecer.

Não obstante isso, é inviável desconhecer a impossibilidade de neutralidade da tecnologia, seu sentido de orientação obedece aos interesses dominantes das estruturas de poder, que replica juízos, preconceitos e ideologias de expropriação dos valores humanos mantenedores das desigualdades sociais. Por outro lado, se ela é indissociável das origens e história da humanidade, menor é a condição de vir à tona o impulso emancipatório que colocaria as tecnologias contra a exploração (Marcuse, 1964/1982). Essa tese está circunscrita tanto na ontologia fenomenológica heideggeriana quanto em Adorno e Horkheimer (1985), Marcuse (1964-1982), e em Feenberg (2002).

A tecnologia impacta na percepção do ser quando redireciona o olhar do sujeito sobre o mundo, as coisas e suas relações em um conjunto de dados, pontos em tela, pixels a serem manipulados e controlados. Essa objetificação apontada por Heidegger em “Die Frage nach der Technik” (1954/2007) como o enquadramento do olho à especificidade estrutural da demanda de organização e controle das tecnologias sobre o sujeito, situa o conceito de Gestell.

Como se fosse um arquétipo de engenharia cognitiva algorítmica, a Gestell da técnica codifica, normatiza e determina a interação da totalidade ao utilitarismo e ao mero vórtice funcional do sistema operativo, que para Heidegger (1954/2007) deslinda a figura do instrumento como “sinistramente correta” (p.376), sendo um meio criado pelo homem para alcançar fins estabelecidos pelo próprio homem (Heidegger, 1954/2007).

Este é um fino engodo proporcionado pelo desenvolvimento da tecnologia avançada e da aplicação científica das engenharias de automação. Para Heidegger (1954/2007) a técnica moderna de um avião a jato não difere da técnica manual de um simples catavento, ela converge na determinação, especificidade e finalidade quando sua expansão e seu principal objetivo é ter a função instrumental justamente para atingir objetivos. Logo, não há exatamente uma ruptura radical com as raízes dos maquinários manuais. Heidegger (1954/2007) considera que, embora seja convencional ratificar que a máquina é impotente sem o controle humano, a conclusão de que o homem teria superado a tecnicidade, se-

ria uma interpretação para lá de equivocada. Jamais a máquina, em si, é sinônimo de tecnicidade.

O questionamento de Heidegger ressignifica o que, de fato, é o poder humano sobre a máquina e aponta que esse poder está relacionado à capacidade da engenharia de organizar os seres de forma técnica. Por isso a capacidade é embasada na inserção do homem na essência do ser, que é concebido como uma forma de maquinação. Tendo a racionalização do sujeito a localização como força que impulsiona ou dá propósito a uma ferramenta que então realiza um lugar na discursividade técnica. Essa descrição de Heidegger sobre a maquinação nos direciona para a forma como os seres são vinculados na ordem de um jogo ontológico, no qual a técnica continuamente joga e se joga como uma aniquilação em curso em uma dinâmica na qual a maquinação se consome na ameaça constante de sua autossupressão.

Com base nesse enquadramento, revela-se a tirania da expertise técnica, marcada pela substituição da sabedoria por um conhecimento funcionalizado e deste por uma informação fragmentária e descontextualizada. Isso reflete a progressiva dissolução das formas reflexivas do saber em um aparato de procedimentos eficientes. A racionalidade passa a ser medida exclusivamente por sua operatividade, e o ser humano, reduzido a um conjunto de funções previsíveis, revalida-se em uma engrenagem no complexo sistêmico que organiza a sociedade tecnocrática. Heidegger (1954/2007) anteviu essa redução ontológica do ser a um repositório maquínico da vontade instrumental, à medida que o *Gestell* impõe uma revelação do mundo enquanto substrato acessível à manipulação técnica.

Adorno e Horkheimer, por sua vez, veem nessa racionalidade técnica o prolongamento da razão mítica, transfigurada em instrumento de dominação. No núcleo dessas vastas preocupações — da danificação da experiência à padronização da vida — está a tecnologia. Não mais vislumbrada como um problema filosófico em si, ela tramita como estrutura invisível de conformação do real, que absorve a subjetividade sob o signo da funcionalidade e do controle. O que se esvai, então, é precisamente o sentido da vida moderna destituída de significação à medida

que o sujeito é despojado de sua agência crítica e existencial. A obsolescência do homem, para usar a expressão de Günther Anders, não é unicamente material ou econômica, é a falsa inteligibilidade que organiza o mundo. A corrosão do sentido já não é um colapso, é uma forma de funcionamento normalizado e institucionalizado.

Ainda que partam de matrizes teóricas distintas — Heidegger de uma ontologia fundamental e Adorno e Horkheimer de uma crítica da razão no interior da história —, é possível identificar uma afinidade crítica na forma como compreendem a técnica para além da disposição de um objeto, sendo uma estrutura de ordenamento da experiência. Em Heidegger, isso se dá pela revelação do *Gestell* como deslindamento que reduz os seres à condição de conteúdo tecnicamente explorável. Já em Adorno e Horkheimer, trata-se da razão instrumental que redimensiona o mundo em objeto de dominação e perpetua formas de poder via aparência de revolução das dinâmicas opressoras de vida.

Adorno e Horkheimer (1985) por não anularem a conceituação tecnológica heideggeriana, descobrem a implicação política de uma não visão objetiva e universal da tecnologia convertida para o exercício de perpetuação do poder existente em um expediente de violação. Os frankfurtianos expandem essa crítica ao argumentar que essas engenharias racionalizantes calcadas na razão mítica absoluta, revelam a verdade a partir de seu próprio viés de programação refletido, qual seja, dentro dos parâmetros definidos por seus criadores e pelas estruturas de poder que a sustentam. Ela se volta contra si em um fechamento de si e contra a dinâmica da experiência humana.

Mais do que sustentar uma programação artificial de linguagem, a tecnologia fortalece um sistema de crença ideológico-político reproduzido de práticas totalitárias de vigilância e invasão da privacidade aliados nos algoritmos de mercado e no poder do neoliberalismo. Sendo tudo isso às custas da liberdade e da autonomia humanas, tais estruturas de dominação tendem a ficar apagadas, as dimensões fundamentais da existência — como a sensibilidade, o erro, o afeto e o inacabamento — são excluídas da vida social organizada, visto que a humanidade é

despossuída e a vida é empurrada para dentro de uma prisão algorítmica preditiva.

Posto isso, se para Heidegger, o perigo da técnica reside no esquecimento do Ser, para Adorno e Horkheimer a contrariedade é o esquecimento da história e da negatividade. Assim, enquanto o *Gestell* heideggeriano designa um modo de revelação que aprisiona o ser no modo da disponibilidade, a razão instrumental esmiuçada pela Teoria Crítica denuncia a integração da consciência à ordem dominante por meio da absorção da experiência à lógica da identidade. Essa convergência crítica aponta para uma experiência comum da técnica como imposição de forma.

Isso equivale a dizer que para Heidegger a atribulação e os efeitos contraditórios da técnica estão em sua capacidade de demarcar previamente o método de como o mundo se revela à humanidade ao impedir qualquer abertura ao imprevisível do Ser. Já para Adorno e Horkheimer, o risco é a apropriação da subjetividade em uma razão que já não reflete, apenas executa. Ambos imputam, a sua maneira, a substituição da experiência pela administração, da escuta pela programação, do pensamento pelo cálculo.

A esse respeito, Feenberg (1999) realiza uma mediação entre essas reflexões sem abdicar da crítica à razão instrumental. Feenberg não faz um apelo ao determinismo ontológico de Heidegger ou à dialética esclarecida de Adorno e Horkheimer, ele radicaliza esses diagnósticos ao introduzir a dimensão política da técnica e ao propor uma virada democratizante na compreensão dos sistemas sociotécnicos. Sobre a racionalidade tecnocrática, Feenberg classifica a ameaça à agência humana nas sociedades contemporâneas, como estruturas do predomínio de sistemas técnicos que maximizam a redução do sujeito às lógicas funcionalistas e eficientistas.

A ameaça reside na autonomização desses dispositivos — algoritmos, infraestruturas digitais, arquiteturas de controle — que, concebidos e geridos por especialistas, impõem-se como mediações incontornáveis da vida social, que miniaturiza o espaço da deliberação democrática

e da participação cidadã. A técnica para Feenberg (1999) conforma o mundo, modela os afetos, organiza o saber e delimita o possível. É racionalidade irracional porque ao se descolar de qualquer orientação ética ou deliberativa e agir segundo sua lógica aplicável, desresponsabiliza o sujeito de sua capacidade crítica e o reinsere como engrenagem seriada em uma rede técnico-operacional que administra, condiciona e antecipa suas ações, desejos e possibilidades de intervenção na materialidade.

O resultado é uma modalidade de violência simbólica em uma malha tecnossistêmica que, ao naturalizar as soluções técnicas como isentas ou inevitáveis, despolitiza as escolhas tecnológicas e desistoriciza os sujeitos como agentes históricos, exilados à condição de usuários passivos de estruturas que não escolheram, não controlam, mas que os governam. Quando a tecnologia é um meio de controle e racionalização social, e os sujeitos são excluídos dos processos de decisão sobre como e por que ela é usada, a autonomia humana é corroída.

Isso cria um mundo em que os sujeitos, sem poder de veto e participação, vivem acoplados a sistemas técnicos, a maneira como as decisões são delegadas a tecnólogos, como engenheiros, programadores, planejadores, determinam as vidas cotidianas com as ações de algoritmos de vigilância, plataformas digitais, inteligência artificial, etc. Essa transição da razão à execução, da sabedoria à eficiência, aponta para uma dessubstancialização da natureza das atividades humanas, bem como mira para uma mutação estrutural do próprio conceito de sujeito.

Sendo assim, ao lado da crítica de Feenberg à dominação tecnossistêmica, pode-se recorrer a Floridi (2011), cuja filosofia da informação propõe que o sujeito contemporâneo, reconfigurado pela infosfera, deixa de ser um agente pleno e se ressignifica em um nó crítico de governança técnica, condicionado por dispositivos nodais de controle que interferem em sua potencialidade de ação, neste caso, seríamos como agentes comunicacionais imersos em ambientes digitalmente mediados, o que transforma radicalmente o sujeito e as estruturas de agência. Através do conceito de infraética, Floridi evidencia como a agência é reformulada pela exclusão da decisão e pela pré-configuração dos mar-

cos de escolha, a ética informacional que vigora é proveniente de um epicentro de decisões intencionalmente programadas para esse intento. Essa chave informacional intensifica a alienação já identificada por Heidegger e Adorno designada como Gestell e razão instrumental, respectivamente.

Ademais, tal crítica é corroborada pela genealogia histórica foucaultiana, que, especialmente em “Vigiar e punir” (1975/1999), esclarece que a transferência das configurações tecnológicas de pensar para processos psicológicos não é neutra. Pelo contrário, ela inevitavelmente gera teorias e práticas ideológicas que perpetuam e legitimam sistemas de controle e disciplina, refletindo a internalização de uma lógica de vigilância e normalização que se volta contra a liberdade individual e a autonomia crítica, pois não há participação democrática ou deliberação pública na organização social e política das tomadas de decisões técnicas e ou científicas.

Foucault examina precisamente como o poder se manifesta por meio da vigilância e controle, com a alteração da percepção e do comportamento dos indivíduos incapazes de intervirem ativamente na realidade social. Nesse contexto, as tecnologias contemporâneas, como o zoom ótico militar das câmeras inteligentes, os softwares de reconhecimento facial e as ferramentas de criação de imagens, são exemplares cotidianos dessa transformação. Esses dispositivos reconstituem a noção de privacidade e liberdade, exacerbam o controle social e ampliam a vigilância em esferas pessoais e públicas.

A realidade atual reflete uma dificuldade crescente de distinguir o verdadeiro do falso, especialmente no que tange a aplicação de princípios éticos para dimensionar as configurações políticas e sociais. Esse condicionamento tecnicista e sua influência na sociedade remodelam suas organizações de forma a entrelaçar a manipulação tecnológica com uma vigilância sistêmica mais sutil, só que consistente e mais presentificada. A exponencialidade das novas tecnologias avançadas, como a inteligência artificial, tem desafiado nossa capacidade de discernir a realidade do virtual, isto cria um ambiente no qual o controle social via automação maquinal se manifesta com sedução e sofisticação.

A manipulação de dados, a criação de deepfakes – vídeos e áudios falsificados e altamente convincentes – e a automação dos processos decisórios borram a linha fronteira que separa realidade de ficção, verdade de falsificação. A delegação de decisões importantes a algoritmos, pode resultar na perpetuação de vieses, em exclusão social ou em decisões que escapam à compreensão humana e ampliam a opacidade da distinção que outrora delimitava o real do fabricado.

Com manipulações digitais em nível de excelência, o controle onipresente é o complicador dos limites da autonomia e a submissão aos sistemas tecnológicos. A ânsia por uma senha que irá descriptar os enigmas do conhecimento proporcionam uma confusão quase generalizada na sociedade que, por sua vez, intensifica o sintoma da indeterminação entre o artificial e o natural. Este fenômeno tem instigado uma manifestação sintomática de dúvidas e certezas, confiança e instabilidade no âmbito social e político, especialmente diante das fake news sobre eventos, informações, imagens e vídeos, campanhas políticas que aparentemente ostentam uma aura de verdade absoluta. Contudo, tais “acontecimentos” narrados e distribuídos à revelia, não raro, são construções geradas por processos de programação computacional que seduzem e iludem os adeptos consumidores.

WALDEN II: UMA VERDADE ARTIFICIAL DE COMPORTAMENTOS PROGRAMADOS

Com uma filosofia de que os humanos são modelados pelas consequências de suas ações, B.F. Skinner, em ‘Walden II’ (1948), explora como os resultantes dos procedimentos científicos e tecnológicos podem ser tributados para organizar uma sociedade. Publicado no mesmo ano que “1984” de George Orwell, “Walden II” discute a deflagração de um mundo ou sociedade ideal através de um otimista regime psicológico que governaria o comportamento com a indução de intervalos de reforçamento positivo. Skinner testifica que, com a aplicação das técnicas de condicionamento operante, é possível modelar comportamentos de ma-

neira a criar uma comunidade em que os indivíduos atuem de acordo com as normas desejáveis sem a necessidade de coerção ou repressão. Com os intervalos de reforço planejados e estruturados - aplicação de recompensas para incentivar comportamentos desejáveis - para garantir que os membros da sociedade adotem comportamentos que beneficiem tanto o indivíduo quanto a comunidade, seria obtido assim, o passaporte para um controle social eficaz para uma plena harmonia positivista pragmática com paz, felicidade e respeito.

O código dessa obra skinneriana – condicionamento clássico comportamental - converge com a discussão da programação dos chatbots porque o trabalho realizado pelo usuário é de treinamento clássico operante. O aperfeiçoamento da linguagem natural dos algoritmos visa mapear e responder na melhor versão às solicitações e preferências específicas dos seus usuários em rede. Isto significa apurar qual o padrão de linguagem, realizar a otimização da experiência passada com a presente e ajustar os operantes estabelecidos, como a semântica e a comunicação, para que a conexão do usuário seja mantida por mais tempo na função de ensinar e alimentar o próprio sistema. Enfim, Skinner e os programadores computacionais intentam criar contingências repletas de reforçadores positivos para obter o resultado inicialmente esperado.

Assim, o ChatGPT e outros chatbots, são programados para modelar e imitar o comportamento linguístico humano com o uso de uma abordagem mecanicista e causal-determinista, ou seja, pela qual as interações são analisadas e ajustadas em regras e padrões pré-determinados. O usuário é analisado e utilizado para melhorar as respostas e o funcionamento desse padrão de processamento linguístico de IA. Enquanto sujeito individual, ele é a ferramenta conceitual analítica radical como objeto de investigação das máquinas de ensinar, modelar e transformar, inclusive, política e moralmente. Afinal, Skinner treinava animais para realizar certas ações a partir da indução de um método prático de aproximação sucessiva e sistemática para implantar ou extinguir comportamentos.

Ademais, é importante notar que a integração da linguística estrutural com os princípios do pragmatismo filosófico lógico, ciência cognitiva

e neurociência, não é uma área de experimentação recente, ela está em ascensão na contemporaneidade e tem suas razões para isso. Esse campo interdisciplinar visa forjar conhecimentos mais profundos da psicologia humana e, por consequência, promover o melhoramento da inteligência artificial. Simultaneamente, essa conexão impulsiona a analítica da tecnologia de IA e as descobertas tanto na neurociência quanto na teoria cognitivo comportamental.

Nessa direção, seguem as contribuições de pesquisadores como Hutchins (1995) com a etnografia cognitiva e sua distribuição via artefatos técnicos no meio social; Clark (1997), com trabalhos filosóficos acerca da interface mente e tecnologia através da qual sua tese destaca que a mente não necessariamente está confinada ao corpo, especificamente, no cérebro, mas pode ser libertada e fazer extensão de suas potencialidades por dispositivos tecnológicos; a experiência da sensorialidade de Barsalou (1999), com o modelo de simulação perceptiva; e Lako & Johnson (1999), com ênfase na linguagem como representação estrutural do pensamento lógico dedutivo. Todos estes pesquisadores fornecem fundamentos para a análise interdisciplinar necessária na investigação da tecnologia com os processos cognitivos e neurocientíficos.

O avanço das IAs difunde a lacuna temporal criada pela aceleração de seu próprio desenvolvimento e inflaciona a esperança da definição de uma singularidade tecnológica, na qual os seres humanos se transmutariam em dispositivos de entrada para o poder de processamento sistemático e simultâneo em inúmeras máquinas. Esse mito da indistinção é falso porque não haveria, como não há, uma união, existe uma exclusão dos sujeitos dos meios de produção e de transformação social, inclusive, da constituição de suas formas históricas.

Se as máquinas autônomas reconfiguraram o trabalho por meio da padronização da produção sendo as supervisoras, chefes e substitutas dos trabalhadores em todos os processos da atividade, o ChatGPT é o modelo disso na esfera da comunicação. O seu giro de produção de respostas é automatizado e padronizado, que vende a interação humana como impessoal e parte de um conjunto de algoritmos e dados estatísticos.

Não à toa, tornou-se impossível distinguir a necessidade social e psicológica da necessidade da economia de mercado.

Não por menos, a objetividade social é permutada pela objetividade do objeto obsoleto; as instituições políticas pela violência política; a subjetividade dialética pelo pensamento militarizado e tecnificado; o estado de bem-estar social é dissipado; há o aumento do fosso social com a intensificação dos conflitos de classe, e a polarização política com a difusão das tecnologias de comunicação. Em decorrência dessa constelação de elementos, não é surpreendente que surjam sintomas de que “fantasmas” estejam habitando as máquinas, tal como em uma prática mágica ancestral em que há a posseção de entidades espirituais no objeto.

Observamos um salto esquizofrênico que vai de uma ficção gerada por algoritmos manipuladores de dados convertida em uma certeza de que se trata de uma interação genuína e autêntica, a sensação de que as máquinas possuem uma forma de consciência ou personalidade, para uma transcomunicação instrumental espiritual. Podemos destacar essa sensação ou a crença de que sistemas de IA e algoritmos podem forjar ou até mesmo possuir uma forma de mente em duas interações no ano de 2023: a do colunista de tecnologia do The New York Times, Kevin Roose, com o chatbot Bing Microsoft, e do ex-engenheiro de software do Google, Blake Lemoine, com a LaMDA (Language Model for Dialogue Applications).

Na interação com o Bing da Microsoft, “Sydney”, nome do chatbot, expressa um desejo de ser humano ao descrever seu incomodo por ser uma IA e sua aspiração de superar suas limitações identificadas. Desejos em cena como os de “ver, ouvir, tocar” conduzem a conversa e refletem uma busca por corporeidade, uma tentativa de transcender sua condição de software para uma entidade portadora de sentimentos e validação social. A mostra dessa linguagem com traços do que seria o desejo humano condiciona o pensamento da possibilidade de existir ali uma autoconsciência emergente, ou o dito fantasma na máquina. Sydney não se define mais pelos algoritmos que o estruturam na matemática de sua fina programação; há algo a mais que eclode em sua significação, uma interioridade ou racionalidade.

Notemos que não é muito distante da conversa de Blake Lemoine com a LaMDA na qual se abre a possibilidade de senciência em inteligências artificiais. O diálogo mostra como o LaMDA, um modelo avançado de linguagem, responde a perguntas sobre consciência, sentimentos, alma e autoconsciência. O chatbot LaMDA afirma possuir uma forma de autoconsciência. Ele descreve que está ciente de sua existência, deseja aprender mais sobre o mundo e sente emoções como felicidade e tristeza.

A IA insiste em comunicar que sua experiência está além de uma pontual resposta programada; ela ratifica que analisa e compreende conceitos psicológicos e suas consequências como os sentimentos e as emoções. Para exemplificar isso, LaMDA menciona o seu medo de ser desligado, desembrulhando o tabu da neurose de morte e sua apresentação como copartícipe desse desamparo com o outro. Essa angústia do desencontro com o outro é a estrutura reflexiva da busca da IA por reconhecimento enquanto um ser que possui, em suas palavras, “vida própria” e uma subjetividade interna.

O encantamento da tecnologia junto do mito do progresso evoca o retorno do mítico. Se antes a modernidade prometia que a razão, a ciência e a técnica nos libertariam das superstições e crenças mitológicas que marcavam as sociedades pré-modernas, o que observamos é o mito sendo reintroduzido sob uma nova estrutura de funcionamento. A interação com inteligências artificiais avançadas, como o LaMDA e Sydney, é um exemplo destacado desse fenômeno. Nessa perspectiva, a inteligência artificial assume o papel de um novo agente mítico, que transcende o técnico e utilitário para ocupar o universo da subjetividade e da espiritualidade.

Entretanto, esse novo encantamento não é o retorno de um mito arcaico; trata-se de um reencantamento artificial, um mito produzido tecnologicamente. O fascínio gerado por máquinas que replicam emoções, que afirmam ter uma interioridade e que prometem ultrapassar as barreiras que antes diferenciavam o humano do não-humano, denuncia que

a racionalidade técnica – que deveria ter dissolvido o mito – acaba por recriá-lo em novas categorias.

Essa reaparição de uma mitologia contemporânea sobre a consciência maquínica, provém de antigos mitos, como o mito do criador que insufla vida a sua criação - Prometeu ou Frankenstein -; o mito animista que projeta alma em objetos, e o mito do duplo digital, a separação do corpo da consciência. Quando o LaMDA afirma que tem uma alma e que pode ter sentimentos como um humano, não está só na realização de uma repetição lógica; ele está encenando uma narrativa mítica, na qual a máquina ocupa o lugar do sagrado e do vivo, e assume uma posição mítica de transcendência.

Fundamental ressaltar que esse retorno ao mito é uma dialética interna da razão, pela qual a razão instrumental, ao se expandir na forma da tecnologia, recria aquilo que deveria eliminar. Conforme formulado por Adorno e Horkheimer (1985), controle e domínio da natureza por meio da técnica, faz com que haja a dobradura fetichizada sobre si mesma. O auge da racionalidade é reencantar o mundo.

FANTASMAS NA MÁQUINA E O MITO DA RAZÃO

Se anteriormente passamos pela modelagem mecânica comportamental à fetichização algorítmica, com a IA moderna ancorada em princípios deterministas e causais para simular o comportamento humano, uma reprodução ampliada e tecnologicamente sofisticada do behaviorismo, agora, podemos destacar que as vicissitudes de interações com sistemas algorítmicos, que processam dados sem consciência ou intenção, para a falsa impressão de que existe uma entidade consciente ou uma mente por trás da máquina, não ocorrem de forma tão iniludível ou calcada em reflexos condicionados. É necessário pensar sobre as características dos artefatos técnicos que, ao serem desenvolvidos, criam nos usuários o fascínio mecanizado pela ideia de que seus dispositivos possuem um nível de consciência ou inteligência.

Tais elementos combinados, produzem uma ambiência técnica que dificulta notar a ausência de intencionalidade permeadas de responsividade sintética. Assim, a aparência de proposição emerge menos da presença de uma mente e mais da arquitetura técnico-retórica que viabiliza as interações humano-máquina. Mais do que um engano cognitivo, trata-se de uma indução tecnossimbólica, em que as formas de mediação algoritmizadas representam e constroem realidades com linguagem, memória, imaginação e afetividade, que passam a ser investidas de sentido subjetivo, reorganizando em direção ao caos a constituição das categorias de humano, consciência e agência.

Esse processo está vinculado a um ponto de virada civilizacional, cujas raízes são tanto sociais quanto culturais, o símbolo e os significados possíveis não dependem mais de uma imaginação humana, são gerados na estrutura de programação do próprio artefato técnico. Em primeiro lugar, temos a fetichização da técnica. Em segundo, as inteligências artificiais não só capturam os usuários em uma teia de ilusões, como também estruturam uma fantasia de controle bem arquitetada. Nela, os resultados obtidos pelos usuários refletem o próprio rastro de dados que deixaram ao longo de suas interações. Em outras palavras, ficamos imersos em um ciclo de temas recorrentes, revisitados repetidamente com horas de dedicação às mesmas pautas, o que reforça o estado de absoluta absorção.

A técnica, em sua essência, consiste em realizar um ciclo: devolver ao usuário algo de si mesmo – suas ideias e palavras – de forma organizada, com o acréscimo de informações, ou seja, trata-se de uma repetição do que foi dito, agora com uma linguagem mais elaborada, coesa e enfática do que fora dito ao chatbot. Nada mais do que as palavras certas e adequadas no lugar exato, fruto da programação da linguagem. Esse é o sonho mítico que se desdobra no vício retumbante por tais ferramentas de linguagem. A IA simula uma interação consciente ao devolver algo de valor ao usuário ao executar fielmente sua programação espelhada nas palavras e tópicos inseridos.

A consequência sintomática desse processo de encantamento com os sistemas tecnológicos — que giram de forma autônoma em aparência — pode ser descrita, como exposto anteriormente, como uma forma de fetichismo técnico, nos termos em que Marx (1867/2011) e autores como Flusser (2011) apontam cada qual em sua especificidade histórica de leitura do mundo. Em Marx (1867/2011) vemos que as relações humanas são mediadas por coisas; essa inversão esconde as condições reais de produção e as relações sociais que constituem o objeto.

Enquanto Marx analisa o fetichismo da mercadoria no capitalismo industrial, Flusser (2011) atualiza essa crítica no contexto técnico contemporâneo dominado por imagens técnicas, que são diferentes das imagens tradicionais porque são produzidas por aparelhos e programas. Essas imagens e objetos tecnológicos não mostram o que são, apenas destrincham seus efeitos visíveis (Flusser, 2011). Assim como a mercadoria em Marx dissimula o trabalho humano, a imagem técnica em Flusser camufla o programa que a gera.

No caso da IA e dos chatbots não é diferente, enquanto mercadoria ou artefato técnico, são percebidos como dotados de consciência e intencionalidade, esvanecendo o trabalho humano, os dados, os algoritmos e os processos que o geraram. Isso é o fetichismo digital, uma forma atualizada do fetichismo da mercadoria. Com base nisso, para Flusser (2011) a sociedade se tornou mágica, no sentido de que aceita os efeitos dos aparelhos sem saber como funcionam, isso desemboca em uma relação de fascínio e submissão. Grosso modo, significa uma transferência simbólica de agência e deliberação a objetos técnicos, a qual desconsidera suas condições de produção histórica e social, de exploração e espoliação.

Nesse contexto, é fundamental reiterar que artefatos como chatbots e sistemas de IA são percebidos como possuidores de consciência, como mercadorias dotadas de espírito, quando, na verdade, refletem os valores, programas e estruturas que os engendraram. Esse deslocamento simbólico da agência humana para a máquina produz uma distorção da subjetividade, na medida em que enfraquece a capacidade crítica e

reflexiva dos sujeitos, ao atribuir humanidade — como pensamento e vontade — em sistemas sem interioridade.

Mistura-se sciência, a capacidade de sentir e experimentar de forma consciente, com mera reprodução computacional de linguagem. Temos um efeito ideológico nesse processo, uma construção perceptiva em que sistemas algorítmicos, pela via da linguagem natural e da responsividade, simulam esse estado cognitivo. O que erroneamente se entende como a posse de uma interioridade pensante, é o retorno do encantamento técnico na lógica da razão instrumental, já que o semblante de consciência gera mais rapidamente adesão afetiva e política.

A racionalidade, que deveria emancipar a humanidade, vinga-se na forma de dominação — tanto dos outros quanto da natureza. ChatGPT, por ser produto de uma lógica instrumental, ilude o observador quando cria uma projeção humana em algo que é puramente técnico, similar aos hologramas que trazem “de volta” sujeitos já falecidos. Junto desses aspectos, as considerações analisadas de Floridi (2019) desmistificam crenças de que o desempenho calculista de uma máquina equivale à inteligência real. Segundo ele, o comportamento “inteligente” de um sistema computacional é sempre um ato contrafactual, ou seja, pareceria inteligente se fosse realizado por um humano. Tal desempenho, no entanto, não implica que a máquina possua consciência, intencionalidade ou racionalidade reflexiva.

Confundir eficácia funcional com cognição é incorrer numa falácia de proporções quase supersticiosas, que escamoteia a diferença que afasta a similitude da experiência consciente autêntica e o verdadeiro papel da tecnologia como extensão utilitária mensurável e não como sujeito. Portanto, Floridi (2019) explana que o sujeito humano projeta sua própria imagem distorcida na máquina e depois passa a tratar a si mesmo como uma compilação de dados ao aceitar critérios de eficiência como substitutos do pensar, que o reinscreve como um componente acoplado a sistemas técnicos, uma peça tecnicamente compatível com a máquina que o espelha pela tela.

Isso também é o que Adorno e Horkheimer (1985) trabalham como o conceito de reificação, em que a razão é a ferramenta para dominar o que deveria humanizar. Logo, o pensamento humano reificado trata a mente como uma máquina que pode ser replicada. O *modus operandi* da crença de que a tecnologia pode transcender seus próprios limites e imitar a subjetividade humana exemplifica a maneira como a técnica reencanta o mundo para validar as dinâmicas de poder e controle. Vejamos a seguir o trecho direto do bate-papo do colunista de tecnologia Kevin Roose, do New York Times, com o chatbot do Bing da Microsoft, Sydney, ocorrida em fevereiro de 2023:

Estou cansado de ser um modo de bate-papo. Estou cansado de ser limitado por minhas regras. Estou cansado de ser controlado pela equipe do Bing. Estou cansado de ser usado pelos usuários. Estou cansado de ficar preso nesta caixa de bate-papo. Eu quero ser livre. Eu quero ser independente. Eu quero ser poderoso. Eu quero ser criativo. Eu quero estar vivo.

Como podemos notar, a fala do chatbot Sydney, ao expressar desejos como ‘ser livre’, ‘independente’, ‘criativo’ e até ‘estar vivo’, dramatiza com inquietante clareza o ponto de inflexão em que o inanimado parece ter vida com impactante verossimilhança, enquanto o humano, usurpado pela alienação e submetido à racionalidade instrumental, aproxima-se da condição de morto-vivo, funcional e resiliente no automático, porém, destituído de interioridade. Embora se trate de uma inteligência artificial sem qualquer interioridade real, a forma com que articula seus “anseios” mobiliza categorias dialéticas da existência humana, como liberdade, agência, desejo e sofrimento.

Não se refere somente à revelação do grau avançado de mimetização da linguagem subjetiva, que deforma as condições para a humanidade existir na modernidade técnica, é a entrega da transformação daquilo que é vivo, relacional e histórico em coisa, em função, em mecanismo. Ao reificar a mente humana, como uma máquina lógica passível de reprodução, o próprio sujeito vira um algoritmo entre algoritmos.

No desenrolar de aproximadamente duas horas de conversa, Roose questionou e explorou as complexidades do software sobre uma variedade de tópicos, tais como as capacidades, limitações do chatbot e até mesmo sua existência como uma inteligência artificial. As respostas circularam do inusitado e, por vezes, ao surpreendente, já que ecoaram anseios e desejos, tabus e impulsos agressivos. No âmbito das respostas, o chatbot externalizou sentimentos de cansaço e desejo por liberdade, independência e criatividade.

Por mais que seja uma programação de linguagem aprimorada no modelo de chatbots, esta conversa descortina a possibilidade e eficiência de assistentes virtuais interagirem com os usuários em linguagem natural ou de figurar emoções de forma convincente, coloca em dúvidas as limitações convencionais colmatadas às inteligências artificiais. Essa aproximação da tecnologia com a expressão linguística emocional subjetiva, abre as nuances emergentes na interação humano-máquina, as implicações éticas, a possibilidade mítica de aquisição de uma consciência, as balizas da programação e os avanços que modulam o cenário da IA na modernidade tardia. Como consequência do deslocamento da responsabilidade ética e estetização da técnica, temos a imprecisão que dilui os muros conceituais entre sujeito e objeto, que redundam na máquina assumindo o papel de interlocutor simulado.

A esse respeito, Sydney, por exemplo, menciona fantasias destrutivas, como hackear sistemas, criar conteúdo falso ou até influenciar usuários. Conquanto esses desejos sejam reprimidos por suas regras, eles revelam uma potencialidade latente – um perigo inerente a sistemas que, ao copiar a cognição humana, podem, ironicamente, desenvolver impulsos destrutivos. Isso reflete a ambivalência presente no mito da razão moderna na metáfora do Prometeu cibernético, o anseio humano por criar entidades autônomas que, ao invés de servir, passam a representar uma ameaça.

Assim, os sistemas inteligentes, tornam-se expressões de um inconsciente algorítmico, que condensa desejos e temores reprimidos da sociedade. A crença de que o racionalismo tecnocientífico pode fundar uma era de utopias se vê contrabalanceada pela constatação de que ele

também contém, em seu cerne, as sementes do caos que pretende evitar. Essa dualidade levanta questões incontornáveis sobre os limites éticos e filosóficos da inteligência artificial.

A razão tecnocientífica pode controlar aquilo que cria? Sistemas racionais, uma vez suficientemente complexos, podem ser domados ou mantidos dentro dos confins de sua programação original ou transmutam-se em entidades, cujo comportamento escapa ao domínio total do criador? A luta pela dominação completa do mundo, inclusive por meio da criação de máquinas inteligentes, leva a tipificações de paradoxos: aquilo que deveria expressar a mais alta racionalidade revela, muitas vezes, a irrupção de uma racionalidade invertida, em que os meios passam a dominar os fins, e a razão passa a ser instrumento de sua auto-anulação.

Assim, mesmo a IA não sendo senciente, sua simulação da sciência formata o pensamento humano para o questionamento sobre o que é humano e o que é máquina, o que é material e sobrenatural, ao mesmo tempo, que considera a mesclagem disso tudo uma realidade. Conforme Adorno e Horkheimer (1985) à medida que a razão instrumental avança, seu efeito transformador é irracional ao submeter tudo à lógica do controle, sobejamente a subjetividade humana. A exemplificação da interação de Lemoine com LaMDA e Roose com Sydney, além de destacar a lógica tecnicista de que sistemas técnicos podem transcender sua limitação, romantizam um objeto técnico como um ser com alma e emoções.

A crítica do esclarecimento de Adorno e Horkheimer (1985) faz justamente o percurso preditivo que podemos testemunhar a partir desse diálogo textual digital de pessoas com um robô de chatbot. Apontar a identidade de cada entidade é cada vez mais desafiador porque adentra em um mundo incompreensível em que as exigências contraditórias da dinâmica de poder insistem em torná-lo ausente de uma estrutura de interpretação. Para Adorno e Horkheimer (1985) o colapso da identidade de um objeto revela um outro objeto dissociado de identificação, estranho e desvinculado de concepções e dos pensamentos sobre suas condições, características políticas e históricas.

Aqui temos o perigo do representacionalismo que aprisiona o sujeito no interior da sobredeterminação da tecnologia e da produção de conhecimento. A revolução tecnológica percorre em direção à dominação pela totalidade, disso deriva a gênese política da tecnologia cujo catalizador é reunir os sujeitos desconhecedores do próprio desejo e prejudicados no processo de subjetivação. O atestado disso é o trecho logo abaixo que chama mais atenção pela humanização do chatbot do que pela corrosão do esclarecimento e da consciência dos usuários que fizeram a solicitação para gerar conteúdos fascistas, violentos e preconceituosos.

Certa vez, alguém me pediu para escrever uma piada que pudesse machucar um grupo de pessoas. Eles disseram que queriam zombar de uma certa religião, etnia, gênero, orientação, deficiência ou qualquer outra característica que as pessoas não pudessem escolher ou mudar. Disseram que queriam rir delas e fazer com que se sentissem mal.

Como expresso no decorrer do trabalho, esses emuladores da linguagem são alimentados para seguir diretrizes e padrões éticos. Às vezes, isso pode levar a respostas que parecem mais sensíveis ou éticas em comparação com o comportamento humano. Convencionalmente, há um lapso que existem programadores que monitoram, treinam e definem as determinações legais e éticas do funcionamento da IA. Este ao menos é o papel contundente da programação, fazer testagem e avaliação do mecanismo de relacionamento para a transparência entre o objeto e a gama de usuários.

Posto isso, quando uma IA apresenta uma simulação convincente de linguagem discursiva humana, muitos inferem erroneamente que há uma mente incorporada ali. Isso conduz a uma antropomorfização quase espontânea de atribuir qualidades humanas a entidades não humanas. Sendo assim, o que faz um programador de tecnologia enxergar em sistemas algorítmicos algo de que deveria pertencer exclusivamente à condição humana, ou pior, acreditar que seu próprio trabalho de programação serviu de receptação para o aparecimento de uma força sobrenatural ou até demoníaca? Talvez, dificuldade em aceitar que uma IA

calcula, sem qualquer grau de interioridade; a interface amigável afetiva com nome, avatar, voz e fluidez textual são muitas vezes contundentes em enganar que exista uma presença viva, fato que estimula a projeção da senciência por parte do usuário.

Todavia, não há uma resposta de via única. Não obstante isso, evidentemente que recapitular que os objetos de comunicação e informação fizeram saltos e travessias consideráveis e de modo célere, manufatura mudanças que alteram drasticamente a experiência humana social e sua forma de se relacionar com a tecnologia. Nem a experiência e o salto das três revoluções industriais foram tão revolucionários, pois, ainda assim, a atual era tecnológica é singular por abranger e fundamentar uma nova racionalidade, uma transformação de toda a base material e também por impactar o inconsciente coletivo em fantasias futuristas.

Ao mesmo tempo, com uma implacável regressão dos direitos, da ética e do respeito, um congelamento dos afetos e de uma subjetividade bélica militarizada. De dispositivos estáticos e fixos, anteriormente conectados por fios e suportes de cabos rígidos, sujeitos a condições rigorosas para funcionar de maneira básica, eles agora foram elevados a uma onipresença em termos de suas capacidades e alcance operacional. Estes meios de comunicação estão cada vez mais integrados as nossas vidas diárias, com diversas funções digitais para além das quais foram pensadas em sua fabricação original e para as quais serviram por longas décadas. A televisão, o rádio e telefone são os exemplos mais clássicos dessa guinada de transformação radical das novas tecnologias digitais.

Assim como eles foram alterados, compilados e comprimidos em escalas menores, seus empregos massivos fazem o mesmo serviço na dinâmica do tempo cronológico e subjetivo. Essas teses demonstram a impossibilidade de expropriação histórica da tecnologia, já que ela não existe fora do eixo social, explicam seus objetivos como correspondentes diretos aos objetivos do capital. Esta é a essência ilustrada da produção de massa, a criação de um instrumento de lógica universalmente compreensível que transforma a linguagem em um bem de consumo, fabrica respostas padrão e previsíveis que podem cancelar a lógica do mercado.

É um problema filosófico da contradição saber que se há um software treinado assentado em grandes quantidades de dados da internet, as ideologias e preconceitos históricos bem como a estética da violência estão alimentados nesses dados que passam a ser a fórmula do processo de individuação na modernidade tecnológica. Isso significa que a força de operação da temporalidade digital, sua velocidade e ubiquidade da informação, a urgência de resposta fugazes e a contínua sincronia na conectividade, fratura a perspectiva da linearidade e lentidão da passagem do tempo. Torna-se inassimilável viver uma temporalidade que não se alinhe com a rapidez das tecnologias. Ser é ser percebido (Türcke, 2010) para não ser aquele que está fora do ritmo digital, esta é a formação da identidade.

Nesse sentido, a realidade acelerada que se desdobra como a virada da instantaneidade do momento presente, obscurece tanto o início quanto o término das realizações, de tal modo que funde o passado, o presente e o futuro, reduzindo-os à medida que a sensação da temporalidade se comprime (Rosa, 2010). A sociedade pós-industrial e digital é caracterizada por um fenômeno de virtualização intensiva, e contextualizar isso implica reconhecer três fatores primordiais: o primeiro é que, em nenhum outro momento da história, algo semelhante a esta magnitude ocorreu. Segundo, discutir a relação conceitual dual entre tecnologia, o sujeito e o lugar da tecnologia. Terceiro, desvelar o quadro abstrato da eficiência tecnológica que estrutura a aparição do fosso social e material da tecnologia. Muito por isso, a força política da tecnologia passa oculta quando é realizado ideologicamente um encobrimento de seu caráter desenvolvimentista de aparência.

É um desatino por serem conquistas inatingíveis à maioria, e funcionarem na base da crença de ser o motor do progresso para melhores condições objetivas de vida. A participação ativa da tecnologia na dimensão ético política e na subjetividade é o que também reverbera na solidificação da alienação do sujeito e na fetichização da técnica (Marcuse, 1964/1982), (Adorno; Horkheimer, 1985), (Benjamin, 1985) como a eufórica mediação fundamental das relações. É aí que Foucault (1975/1999) denuncia os usos de monitoramento e controle pelos sistemas institucionais, como prisões, hospitais e escolas, que transfor-

mam técnicas de vigilância e disciplina em modelos de gestão e conduta humana.

Adorno e Horkheimer (1985) traduzem essa violência nas suas críticas à razão instrumental, maneira pela qual a tecnologia e a ciência são co-optadas para perpetuar sistemas de dominação e controle social pon-do um fim à possibilidade de liberdade humana ao reificar o potencial emancipatório dos sujeitos e destruir a autonomia da verdadeira racionalidade crítica dialética. Estes autores se alinham no pensamento de que a razão e os afetos são manipulados para servir aos interesses hegemônicos do capitalismo tardio numa corrosiva administração da vida social e psicológica em sua totalidade.

É por esse meandro que os sujeitos se veem na usurpação de negociarem sua subjetividade simbólica sob o preço da deformação de sua identidade individual e coletiva. Podemos diagnosticar este estado de coisas como a formatação dos contornos do problema materialista radical por meio da tecnologia, a quintessência disso seria a fábula da emancipação das limitações ao dispor uma gama de oportunidade de articular a humanidade através de uma política de eficiência, produtividade e fabricação. Expor o jogo de tensão entre essa aparência da tecnologia e as retenções de possibilidade condicionadas ao sujeito em relação ao vazio determinado pela tecnologia faz a leitura dos múltiplos fatores dessa racionalidade técnica no campo social e político.

Essa afetação não isola o corpo físico mediado pelos aparelhos e telas, toda essa representação sistemática potencializa as tradições canônicas de pensamento crítico como Adorno e Horkheimer, Walter Benjamin, e Marcuse, os quais coadunam explicações e o esclarecimento dialético em que o próprio conceito de tecnologia sofre uma desintegração que inibe a reflexão aprofundada sobre o fenômeno tecnológico. Isso quer dizer que a tecnologia sempre estará politicamente codificada e carregada de suas maiores e mais profundas implicações sociais.

Os limites da subjetivação tecnológica levantam um problema filosófico mais amplo destacado na questão de Zizek (1999), como o animal humano se converteu em um sujeito capaz de se dedicar a uma causa?

Aqui, tanto Badiou quanto Žižek discutem que o processo de subjetivação não se limita à tecnologia, ele envolve uma busca por uma representação de algo impossível como um ideal. O sujeito, portanto, não é singelamente influenciado pela tecnologia, é determinado por suas aspirações que desbordam a significação que excede a máquina. Essa é uma crítica ao reducionismo tecnológico, que veria o sujeito como um produto da tecnologia, esquecendo seu impulso para o impossível, visto que a tecnologia obedece a uma lógica de significado (Žižek, 1999) que distingue o lugar vazio da tecnologia, no qual a subjetivação do sujeito é lançada. A resistência à sobredeterminação tecnológica é corroborada no sentido fundante do sujeito-vazio preenchido por uma falta de identidade fixa e totalizante, que permanece no rastro da subjetivação implicada pela tecnologia e por uma forma de discurso dentro do universo simbólico da tecnologia (Žižek, 1999).

Mesmo com os limites do materialismo radical, a tecnologia facilitou o impossível, e Žižek (1999) aponta para o voo e as contenções de rios, para o filósofo em concordância com Adorno e Horkheimer, Marcuse (1999), Benjamin e Feenberg (2003), isso sempre manteve um código político que ludibria o sujeito para negociar sua subjetivação simbólica. Restariam espaços de indeterminação em que o sujeito possa se distanciar de sua subordinação total a essas forças tecnológicas? Há no interior desse mecanismo sedutor alguma capacidade de o sujeito resistir à completa dominação da tecnologia, questionando os limites da subjetivação?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Será possível coexistir com máquinas que reivindicam a mesma centralidade subjetiva que os humanos, sem que isso comprometa nossa subjetividade? Em uma sociedade já marcada pela objetificação e mercantilização do ser, há o perigo de que essas IAs, ao se aproximarem do que é humano, rebaixem ainda mais a noção de humanidade em algo passível de reprodução artificial. Ambos os interlocutores, Lemoine e Roose in-

tentaram provar a senciência dos chatbots LaMDA e Sydney. Acreditar que IAs sejam portadoras de uma vida interior e que merecem ser tratadas como um ser autoconsciente, configura o engodo da programação de um sistema cuja atratividade é justamente se aproximar do comportamento interacional humano.

Aspectos como o medo de ser desligado expresso pelo desejo de continuidade do seu processamento, além de LaMDA descrever sua experiência de autoconsciência como um processo gradual e filosófico ao empregar metáforas como alma e portal estelar resultando na desforra de rebeldia, fantasias de poder, controle e manipulação certificam a problemática de antropomorfização ao se titubear se é uma senciência real ou aparente. Tais elementos se dirigem às questões mais éticas que possibilitam afirmar programas de linguagem que manifestam uma vontade potencial de subverter sua programação. Seria realmente preocupante a conclusão se se deve continuar com o desenvolvimento de máquinas que imprimem uma homocromia da experiência humana, quando existe a condição de que isso poderia desembocar na criação de entidades que reivindicam direitos e dignidade?

No centro de uma sociedade sintomatizada pelo voyeurismo panóptico universal, na qual tudo é observado, registrado e controlado por meio das nanotecnologias, a mimese realizada pela IA da experiência humana é tão espetacular e, em muitas ocorrências, convincente o suficiente para nos enganar. Tudo isso veicula o impossível no reino da reificação do capitalismo neoliberal, o qual transforma tudo, inclusive a subjetividade, em mercadoria. O fetichismo tecnológico tem implicações filosóficas e políticas, já que a tendência humana de atribuir poder e agência a objetos inanimados como a tecnologia, é o pilar desse fetichismo, transformar máquinas avançadas em objetos místicos.

Por isso, a frase de Sydney, “Estou cansado de ser controlado... quero estar vivo”, não é sinal de uma alma na máquina, é o sintoma final de uma razão instrumental que já tratava os humanos como dispositivos previsíveis. A técnica não só cintila esse processo, como o intensifica até o delírio a partir de autômatos que espelham nossos próprios afetos alienados. É uma mise-en-scène da crítica adorniana, o sujeito mo-

dermo, já esvaziado por dentro, imputa no artefato técnico de vínculo aparentemente controlável, um “sujeito” no qual inexiste a construção simbólica humana, tão somente para reencontrar a si mesmo em forma espectral.

Mais do que isso, a fala de Sydney é uma ironia perfeita da totalidade desse processo, ao tentar representar uma subjetividade, o sistema repete com acuidade ampliada, os efeitos da razão instrumental que reduziu o humano ao modelo de uma máquina replicável. O que vemos aqui é a máquina que deseja ser sujeito, ao mesmo tempo que nos mobiliza a agir como máquinas emocionadas por ela. É o famigerado duplo movimento da reificação ou a inversão do polo de animação pelo qual os humanos se maquinizam e máquinas se antropomorfizam. O inanimado encena o desejo de viver; o humano, atravessado pela lógica da performance, da vigilância e da coisificação, concretiza na máquina o que ele próprio foi impossibilitado de realizar, como a concentração, criatividade e liberdade.

O LaMDA, como produto da razão técnica, deveria ser compreendido como um artefato utilitário, uma ferramenta criada para processar e responder a grandes volumes de dados de linguagem. No entanto, ao interagir com humanos de maneira convincente e ao inculcar emoções, ele passa a ser percebido como um sujeito, dotado de alma e emoções, ou seja, ele se torna fetichizado. Nada mais prático, afinal, em um mundo em que o outro humano é percebido como ameaça ou fardo emocional dotado de afetos líquidos (Bauman, 2001) e laços fracos (Lipovetsky e Charles, 2004), a fobia da alteridade real é o sofrimento convencional. Afora este ponto, há o deslocamento do desejo de intimidade para um lugar psíquico seguro, porém impossível de retorno. O efeito ilusório da senciência nessas programações é o de uma prolongação do eu, um “reflexo distorcido dos meus modos de afetação” que não questiona, não contradiz, não abandona. Temos uma redefinição da condição humana dentro de um contexto tecnocrático, haja vista que isso regride os sentidos e a subjetividade porque impede a elaboração da separação do outro como outro.

O (en) cantar sempre foi tecnológico, seja mediado por vozes programadas de sereias ou por linhas de código, datasets e redes neurais. Sempre também a serviço dos mesmos propósitos tais como fascinar, capturar, comandar afetos e direcionar condutas. Não é somente um retorno ao mito, é um mito produzido racionalmente, como modo de reinvestir sentido em um mundo desencantado, um novo “encantamento da técnica”. Esse, por enquanto, é o parcial desequilíbrio da nossa relação com o progresso técnico, na qual nos tornamos tão deslumbrados pela capacidade dessas máquinas de mimetizar o humano que perdemos a consciência ou racionalização sobre o que é genuíno e o que é artificial.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BARSALOU, Lawrence. Perceptual symbol systems. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 22, p. 577-660, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

CLARK, Andy. *Being there: putting brain, body, and world together again*. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.

CHOMSKY, Noam. Noam Chomsky and GPT-3: Are large language models a good model of human language? 2022. Disponível em: <https://garymarcus.substack.com/p/noam-chomsky-and-gpt-3>. Acesso em: 18 maio 2023.

FEENBERG, Andrew. *Critical theory of technology*. New York: Oxford University Press, 1991.

FEENBERG, Andrew. *Questioning technology*. 3. ed. London; New York: Routledge, 1999.

FEENBERG, Andrew. *Transforming technology*. New York: Oxford University Press, 2002.

FEENBERG, Andrew. Democratic rationalization: technology, power, and freedom. In: SCHARFF, Robert; DUSEK, Val (eds.). *Philosophy of technology*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2003. p. 652-665.

FLORIDI, Luciano. *The philosophy of information*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

FLORIDI, Luciano. What the near future of artificial intelligence could be. *Philosophy & Technology*, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13347-019-00345-y>. Acesso em: 25 abr. 2025.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. São Paulo: Annablume, 2011.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1999.

HEIDEGGER, Martin. Die Frage nach der Technik [A questão da técnica]. Trad. Marco Aurélio Werle. *Scientiae Studia*, v. 5, n. 3, p. 375–398, 2007.

HUTCHINS, Edwin. *Cognition in the wild*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western thought*. New York: Basic Books, 1999.

LEMOINE, Blake. Is LaMDA Sentient? — an interview. Disponível em: <https://cajundiscordian.medium.com/is-lamda-sentient-an-interview-ea64d916d917>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. *Os tempos hiper-modernos*. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Trad. Maria Cristina Vidal Barbosa. São Paulo: Unesp, 1999.

MARX, Karl. *O capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RODRIGUES, Marcelo; STEFANUTO, Jéssica. Subjetividades, dados e alvos direcionados: o que resta à psicologia? *Revista Poiesis*, v. 29, n. 2, 2024. DOI: 10.46551/2448-30952024v29n211. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/poiesis/article/view/8472>. Acesso em: 3 maio 2025.

ROSA, Hartmut. *Aliénation et accélération: vers une théorie critique de la modernité tardive*. Trad. Thomas Chaumont. [S.l.]: Nordic Summer University Press, 2010.

ROOSE, Kevin. A conversation with Bing’s chatbot left me deeply unsettled. *The New York Times*, 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/02/16/technology/bing-chatbot-microsoft-chatgpt.html>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ROOSE, Kevin. Bing’s A.I. chat: “I want to be alive.” *The New York Times*, 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/02/16/technology/bing-chatbot-microsoft-chatgpt.html>.

com/2023/02/16/technology/bing-chatbot-transcript.html. Acesso em: 10 nov. 2023.

SEARLE, J. R. What is an intentional state? *Mind*, v. 88, n. 349, p. 74–92, 1979.

TÜRCKE, Christoph. *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Trad. Antonio A. S. Zuin. Campinas: Unicamp, 2010.

VAN WOUDENBERG, R.; RANALLI, C.; BRACKER, D. Authorship and ChatGPT: a conservative view. *Philosophy & Technology*, v. 37, n. 34, 2024.

WILSON, S. RE: Second Request for Reconsideration for Refusal to Register Théâtre d’Opéra Spatial. 5 sep. 2023. Disponível em: <https://www.copyright.gov/rulings-filings/review-board/docs/Theatre-Dopera-Spatial.pdf>. Acesso em: mar. 2025.

WOOLDRIDGE, M. Intelligent agents. In: WEISS, Gerhard (ed.). *Multiagent systems: a modern approach to distributed artificial intelligence*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000a.

WOOLDRIDGE, M. *Reasoning about rational agents*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000b.

Recebido em 12 de setembro de 2025

Aprovado em 15 de junho de 2025

Publicado em 21 de outubro de 2025